

III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO RIO DE JANEIRO A PARTIR DA IMPLEMENTAÇÃO DOS COMITÊS DE BACIA HIDROGRÁFICA

Virgínia Villas Boas Sá Rego*

INTRODUÇÃO

A água, no contexto da crise ambiental global, assume valor econômico, ecológico e social e a gestão dos recursos hídricos envolve complexidade e demanda uma visão sistêmica. A Lei 9.433/1997 instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SINGREH) para garantir o uso sustentável e racional dos corpos hídricos. No estado do Rio de Janeiro, a Lei 3.239/99 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos e o Sistema Estadual de Gerenciamento dos Recursos Hídricos (SIEGRHI). Dentre os diversos instrumentos de gestão instituídos, os Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs) foram definidos como os órgãos consultivos, deliberativos e normativos encarregados da gestão integrada, descentralizada e participativa das águas no território sob sua responsabilidade, reunindo representantes de entidades dos usuários da água, do Poder Público e da sociedade civil. O território estadual está dividido em 10 Regiões Hidrográficas, segundo afinidades geopolíticas e ambientais e já foram criados nove CBHs, que estão em diferentes fases de implementação. Este trabalho busca refletir sobre o processo de implantação dos CBHs estaduais fluminenses, bem como avaliar a efetividade da atuação desses organismos para garantir o uso sustentável, conservando a qualidade e a quantidade dos recursos hídricos de sua área de abrangência.

METODOLOGIA

Adota-se uma abordagem processual, sistêmica, relacional (INGOLD, 2000) e

* UCAM-NOVA FRIBURGO; CE JOSÉ MARTINS DA COSTA; professora; socióloga; Dra em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente-UERJ
E-mail para correspondência: virginiarego@uol.com.br



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

holística do ambiente, considerado em sua complexidade (MORIN, 1997) e historicidade, como resultado da interação das forças ligadas ao meio físico e ao meio biótico, incluindo a ação determinante dos seres e sociedades humanas, ao longo da História, inspirados por seus múltiplos e diversos valores, significados e interesses (BARTH, 2000). É um estudo exploratório, sob uma perspectiva comparativa, enfocando: a estrutura, a composição e os processos participativos dos CBHs; as agências delegatárias; a criação dos instrumentos como plano de recursos hídricos, outorga, cobrança e aplicação dos recursos arrecadados; enquadramento dos corpos hídricos; projetos e ações diversos e sistemas de mobilização, comunicação e de informação. Como fontes de informações foram usadas as apresentações feitas pelos representantes dos CBHs estaduais, durante o evento "Governança das Águas através de Organismos Colegiados", realizado na Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, promovido pela Gerência de Gestão Participativa das Águas – Diretoria de Águas e Território do Instituto Estadual do Ambiente, que teve como objetivo debater os avanços e dificuldades da governança dos recursos hídricos no estado do Rio de Janeiro. Também foram consultados os sites do INEA, dos Comitês estaduais e de suas Agências de Bacia, de diferentes veículos de comunicação, além de pesquisa bibliográfica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Criados em diversos momentos, os comitês fluminenses encontram-se em diferentes estágios no processo de implementação de seus instrumentos de gestão. Há certa concordância no discurso governamental estadual e federal de que a implantação do SINGREH-RJ encontra-se bastante avançada, em relação ao contexto nacional. Principalmente o mecanismo da cobrança aos usuários pelo uso dos recursos hídricos é considerado uma referência de sucesso, apesar de ter sido criado antes dos outros instrumentos de gestão. Há cerca de R\$ 100 milhões disponíveis nas subcontas dos CBHs no Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI); mas estão



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental

Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

distribuídos de forma desigual, segundo a arrecadação das bacias, e há dificuldades para operacionalização de seu repasse aos CBHs. A instituição das delegatárias da maioria dos CBHs encontra-se definida; passo fundamental, pois são os braços executivos, que recebem e aplicam os recursos arrecadados com a cobrança de acordo com o plano de investimentos aprovado pelo CBH; no entanto, nem todos possuem planos de recursos hídricos. Verificou-se que alguns Comitês não são paritários, além da maioria enfrentar dificuldades quanto à presença dos membros nas reuniões, sobretudo dos representantes dos órgãos ligados ao Poder Municipal, ou, mesmo, não conseguirem completar as vagas da sociedade civil ou dos usuários; as condições de participação das representações dos diferentes setores também são muito diferenciadas, afetando a capacidade de governança desses órgãos.

CONCLUSÕES

Apesar dos mais de dez anos de criação da Política Estadual e do SINGREH-RJ, os corpos hídricos fluminenses apresentam índices crescentes de degradação, exigindo, dentre outros fatores, maior poder de governança dos CBHs. Cada Comitê possui diferentes capacidades quanto ao seu potencial como órgão articulador das políticas e ações desenvolvidas nas bacias. A eficácia e o alcance de sua atuação variam segundo a formação e as experiências políticas de seus membros e o contexto social, histórico, econômico, político-institucional e cultural regional. Dificuldades decorrem da falta de instrumentos, como os Planos de Recursos Hídricos para as Regiões Hidrográficas, além da demora na definição do instrumento legal do contrato de gestão com as agências delegatárias. Outras necessidades são o aperfeiçoamento dos mecanismos de outorga do uso da água e do enquadramento dos corpos hídricos em classes, além do aperfeiçoamento da rede de monitoramento quali-quantitativo dos mananciais e a constituição de um eficaz Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos. Para garantir o papel dos CBHs como instrumentos democráticos de governança das águas, é prioritário implementar um Programa de Educação para a



III Seminário Regional Sobre Gestão de Recursos Hídricos água, vida e tecnologias



IV Fórum do Observatório Ambiental Alberto Ribeiro Lamego

POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

22 a 25 de outubro de 2012

Armação dos Búzios, RJ

RESUMOS

gestão dos Recursos Hídricos e construir canais de comunicação com a sociedade, que estimulem a participação social cidadã, ampliando e fortalecendo as representações envolvidas.

REFERÊNCIAS

ABERS, R. N.; DINO, K. J. Descentralização da Gestão da Água: Por que os comitês de bacia estão sendo criados? *Ambiente & Sociedade*, Campinas, SP: ANPPAS-UNICAMP, v.8, n. 2., 2005.

BARTH, F. *O guru, o iniciador e outras variações antropológicas*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

INGOLD, T. *The Perception of the Environment: Essays in Livelihood, Dwelling and Skill*. London: Routledge, 2000.

MORIN, E. Complexidade e ética da solidariedade. In: CASTRO, G.(org.) *Ensaio de complexidade*. Porto Alegre: Sulina, 1997.

